

*Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional -
Célula de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade - Cedia
Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade - EDHGS*

A Política de Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (EDHGS) foi iniciada na Secretaria da Educação do estado do Ceará em 2015, tendo como objetivo promover o reconhecimento e o respeito às diversidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero para a construção de uma educação igualitária, não discriminatória e democrática. Contribui também para a efetivação de um ambiente escolar saudável, compreensivo e valorizador da diversidade humana que eduque para o respeito e a promoção dos Direitos Humanos.

Está prevista no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, no Plano Estadual de Educação (PEE), Lei nº 16.025, de 30 de maio de 2016.

As ações da Política também são embasadas nas legislações nacional e estadual vigente que garantem a promoção e a valorização da diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar. Fazem parte dessas normativas: a Lei nº 16.481/2017, que cria a Semana Janaína Dutra de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero no estado do Ceará; a Lei nº 14.820/2010, que institucionaliza a Semana da Diversidade Sexual, Semana Luis Palhano Loiola; a Lei nº 16.044/2016, que institui a Semana Maria da Penha nas escolas, que trata da conscientização da comunidade escolar acerca da importância e do respeito aos direitos humanos e sobre os direitos das mulheres; a Lei nº 17.041/2019, que cria a Semana Diana Pitaguary nas escolas indígenas, que estabelece o diálogo acerca da violência doméstica contra as mulheres indígenas; a Resolução CEE n.º 0463/2017, que dispõe sobre a inclusão do nome social de pessoas transexuais e travestis nos documentos escolares; a Lei nº 16.946/2019 que assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no estado do Ceará; a Resolução CNCD/LGBT nº 12/2015, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais, em especial, nos espaços segregados por gênero.

É uma Política de sensibilização e promoção da Educação em Direitos Humanos, por meio da formação continuada para gestores, professores e estudantes acerca da inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nas escolas.

Desse modo, a EDHGS elabora e propõe formações, atividades, projetos, palestras e rodas de conversa com o objetivo de construir um ambiente escolar menos sexista e discriminatório e mais igualitário, saudável, amistoso e acolhedor para todas, todes e todos.

MARCOS LEGAIS

RESOLUÇÃO CEE nº 0463/2017, que dispõe sobre a inclusão do nome social, precedendo o nome civil de pessoas travestis e transexuais, no ato da expedição de declarações, certidões, históricos escolares, certificados, diplomas e quaisquer outros documentos oficiais, quando for o caso, por instituições de ensino da educação básica, educação profissional e do ensino superior do Sistema Estadual de Ensino do Ceará e dá outras providências.

<https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2017/09/resoluo-0463-2017-incluso-d-o-nome-social.pdf>

LEI nº 16.946, de 29 de junho de 2019, assegura o direito ao nome social nos serviços públicos e privados no estado do Ceará, na forma que define.

<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/direitos-humanos-e-cidadania/item/6725-lei-n-16-946-de-29-07-19-d-o-30-07-19>

RESOLUÇÃO CNCD/LGBT nº 12, de 16 de janeiro de 2015, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/sdh/resolucao_cndc_lgbt_n12_2015_parecer_ref_identidade_de_genero_na_educacao.pdf

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMA_OPNEDH.pdf